Terca-Feira, 29 de Julho de 2025

Disputa judicial entre herdeiros coloca patrimônio bilionário da família Maggi em jogo

Uma disputa judicial envolvendo o patrimônio bilionário da família Maggi, conhecida como a "rei da soja", está em andamento em Mato Grosso. Advogados de Carina Maggi Martins, filha reconhecida do falecido patriarca André Maggi, ingressaram com uma ação no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) buscando a nulidade de um negócio jurídico, além de indenização e posse de cotas sociais em empresas do grupo empresarial.

A irmã de André Maggi, Blairo Maggi, ex-governador, ex-senador por Mato Grosso e ex-ministro da Agricultura, também está envolvida na disputa. Ela requer a anulação de atos de doação de cotas societárias que teriam sido realizados por André Maggi em 2001, quando ele era sócio-majoritário das empresas Amaggi Exportação e Importação Ltda e Agropecuária Maggi Ltda. Blairo Maggi também busca a posse de 4,33% das cotas da Amaggi Exportação e Importação Ltda e 3,75% da Agropecuária Maggi Ltda.

Além disso, Blairo Maggi requer indenização como sócia das empresas, suas coligadas, joint ventures e sociedades estabelecidas no exterior, com base nos lucros acumulados a partir de maio de 2001. A ação inclui nove pessoas físicas e jurídicas, incluindo as empresas mencionadas, André Maggi Participações S/A, BBM Administração e Participações Ltda, HFLC Administração e Participações Ltda, MP Administração e Participações Ltda, VIP Administração e Participações Ltda, Pedro Jacyr Bongiolo e Lucia Borges Maggi - esta última sendo a 5ª mulher mais rica do Brasil, com um patrimônio de R$ 7,2 bilhões, de acordo com a Revista Forbes em 2023.

A assessoria jurídica de Carina Maggi Martins alega que o pedido de nulidade jurídica é baseado em indícios de uma operação fraudulenta. Segundo os advogados, André Maggi teria "doadas" cotas societárias no valor de R$ 53,2 milhões à sua esposa, Lucia Borges Maggi, em duas ocasiões, com antecedência de 25 dias e 11 dias de seu falecimento. No entanto, um parecer de laudo pericial gravotécnico realizado por um especialista em laudos de criminalística em São Paulo aponta que as assinaturas nos documentos não são de André Maggi, que sofria de doença de Parkinson.

A disputa judicial em torno do patrimônio da família Maggi chama a atenção devido à sua magnitude e ao envolvimento de figuras proeminentes. A decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso será fundamental para determinar a divisão dos bens e o desfecho dessa disputa familiar.